Exercícios

Administração Pública

1. (INSTITUTO AOCP - 2022 - PC-GO - Papiloscopista Policial da 3ª Classe) Sobre as entidades políticas e entidades administrativas, assinale a alternativa INCORRETA.

A) As entidades estatais integram a estrutura constitucional do Estado e têm poderes políticos e administrativos, tais como a União, os Estados, os Municípios e o Distrito Federal.
B) As entidades autárquicas são pessoas jurídicas de direito público ou privado, instituídas sob a forma de sociedade de economia mista com a finalidade de prestar serviço público que possa ser explorado no modo empresarial.
C) As entidades fundacionais são pessoas jurídicas de direito público ou pessoas jurídicas de direito privado, devendo a lei definir as respectivas áreas de atuação.
D) As entidades paraestatais são autorizadas a prestar serviços ou realizar atividades de interesse coletivo ou público, mas não exclusivos do Estado.
E) As entidades empresariais devem ter sua criação autorizada por lei específica, cabendo ao Poder Executivo as providências complementares para sua instituição.

2. (INSTITUTO AOCP - 2022 - PC-GO - Agente de Polícia) Em relação à Administração Indireta, relacione as colunas e assinale a alternativa com a sequência correta.

A culpa concorrente da vítima exclui a responsabilidade da União para a reparação de danos sofridos por Maria.1. Autarquia.
2. Fundação pública.
3. Empresa pública.
4. Sociedade de economia mista.
( ) Petrobrás.
( ) INSS.
( ) Caixa Econômica Federal.
( ) FUNAI.

A) 2 – 3 – 4 – 1.
B) 3 – 1 – 4 – 2.
C) 3 – 2 – 1 – 4.
D) 4 – 1 – 3 – 2.
E) 4 – 2 – 1 – 3.

3. (INSTITUTO AOCP - 2022 - CGE-MS - Auditor do Estado - Auditoria Geral) Assinale a alternativa correta em relação à organização administrativa.

A) É constitucional a suspensão realizada por conselho de fiscalização profissional do exercício laboral de seus inscritos por inadimplência de anuidades.
B) As atividades de conteúdo econômico e as passíveis de delegação, quando definidas como objetos de dada fundação, que seja instituída ou mantida pelo poder público, não podem se submeter ao regime jurídico de direito privado.
C) É constitucional norma de Constituição Estadual que exija prévia arguição e aprovação da Assembleia Legislativa para que o Governador do Estado nomeie os dirigentes das autarquias e fundações públicas.
D) A alienação do controle acionário de empresas públicas e sociedades de economia mista independe de autorização legislativa.
E) É aplicável o regime dos precatórios às sociedades de economia mista prestadoras de serviço público próprio do Estado e de natureza não concorrencial.

4. (AOCP - 2022 - Prefeitura de Novo Hamburgo - RS - Procurador) No que tange à Administração Pública Direta e Indireta, assinale a alternativa INCORRETA.

A) Órgãos independentes são aqueles originários da Constituição e representativos dos três Poderes do Estado, sem qualquer subordinação hierárquica ou funcional, e sujeitos apenas aos controles constitucionais de um sobre o outro.
B) É dispensável a autorização legislativa para a criação de empresas subsidiárias, desde que haja previsão para esse fim na própria lei que instituiu a empresa de economia mista matriz, tendo em vista que a lei criadora é a própria medida autorizadora.
C) É constitucional norma de Constituição Estadual que exija prévia arguição e aprovação da Assembleia Legislativa para que o Governador do Estado nomeie os dirigentes das autarquias e fundações públicas, bem como os presidentes das empresas de economia mista e assemelhados.
D) É inconstitucional a suspensão realizada por conselho de fiscalização profissional do exercício laboral de seus inscritos por inadimplência de anuidades, pois a medida consiste em sanção política em matéria tributária.
E) É aplicável o regime dos precatórios às sociedades de economia mista prestadoras de serviço público próprio do Estado e de natureza não concorrencial.

5. (INSTITUTO AOCP - 2022 - IPE Prev - Analista em Previdência - Direito - Edital nº 002) No que concerne à organização administrativa e aos princípios administrativos, informe se é verdadeiro (V) ou falso (F) o que se afirma a seguir e assinale a alternativa com a sequência correta.

( ) Enquanto pela tutela a Administração exerce controle sobre outra pessoa jurídica por ela mesma instituída, pela autotutela o controle se exerce sobre os próprios atos, com a possibilidade de anular ou convalidar os ilegais e revogar os inconvenientes ou inoportunos, independentemente de recurso ao Poder Judiciário.
( ) A própria Constituição dá uma consequência expressa ao princípio da moralidade, quando proíbe que constem nome, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos em publicidade de atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos.
( ) Desconcentração é a distribuição de competências de uma para outra pessoa, física ou jurídica.
( ) A empresa pública é pessoa jurídica de direito privado com capital inteiramente público (com possibilidade de participação das entidades da Administração Indireta) e organização sob qualquer das formas admitidas em direito.

A) V – F – F – V.
B) V – V – F – F.
C) V – F – V – V.
D) F – V – F – V.
E) F – F – V – F.

6. (INSTITUTO AOCP - 2021 - SANESUL - Advogado) A Lei nº 13.303/2016 tem o intuito de disciplinar a exploração direta de atividade econômica desenvolvida pelo Estado por meio das empresas públicas e das sociedades de economia mista, sendo, por isso, conhecida como Lei

A) das Empresas Públicas.
B) das Licitações para Obras e Serviços.
C) das Estatais.
D) de Licitações e Contratos.
E) das Sociedades Anônimas.

7. (INSTITUTO AOCP - 2021 - MPE-RS - Técnico do Ministério Público) Sobre os variados temas de Direito Administrativo, analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta as corretas.

I. De acordo com as regras de organização administrativa, o INSS e o IBAMA são autarquias federais que integram a administração direta da União.
II. Os atos administrativos possuem cinco elementos, quais sejam: competência, finalidade, forma, motivo e objeto.
III. A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.
IV. Segundo a Lei Federal nº 8.666/1993, tomada de preços é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados que, na fase inicial de habilitação preliminar, comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos no edital para execução de seu objeto.

A) Apenas I e II.
B) Apenas II e III.
C) Apenas III e IV.
D) Apenas I, II e IV.
E) Apenas I, III e IV.

8. (INSTITUTO AOCP - 2021 - PC-PA - Investigador de Polícia Civil) Considerando a temática da organização administrativa, assinale a alternativa INCORRETA.

A) O instituto da desconcentração está fundado na hierarquia e se configura pela distribuição interna de competência no âmbito de uma mesma pessoa jurídica.
B) Na outorga, é transferida a titularidade e a execução do serviço público à pessoa jurídica diversa do Estado, ao passo que, na delegação, apenas a execução é transferida, permanecendo com o Estado a titularidade do serviço.
C) Os órgãos autônomos são caracterizados por serem imediatamente subordinados aos órgãos independentes e diretamente subordinados aos seus agentes.
D) Consoante a doutrina, as fundações públicas de direito privado têm sua criação autorizada por lei específica enquanto as fundações públicas de direito público são criadas por lei específica, não dependendo de registro para que sejam instituídas.
E) As empresas públicas e as sociedades de economia mista não estão sujeitas à fiscalização do Tribunal de Contas.

9. (INSTITUTO AOCP - 2021 - ITEP - RN - Agente Técnico Forense) Assinale a alternativa correta conforme o Direito Administrativo.

A) Na acepção objetiva, o termo governo consiste na cúpula diretiva do Estado responsável pela condução das atividades estatais.
B) A função típica do Poder Judiciário consiste na defesa concreta dos interesses públicos, sempre atuando dentro dos limites da lei.
C) O Poder Executivo, ao editar Medidas Provisórias, exerce sua função típica administrativa
D) A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.
E) A autoexecutoriedade e a coercibilidade dos atos administrativos caracterizam exemplos de prerrogativas decorrentes do princípio da eficiência.

10. (INSTITUTO AOCP - 2020 - Prefeitura de Novo Hamburgo - RS - Guarda Municipal) "Unidades abstratas que sintetizam os vários círculos de atribuições do Estado. Estes devem ser expressados pelos agentes investidos dos correspondentes poderes funcionais, a fim de exprimir, na qualidade de titulares deles, a vontade estatal". Esse conceito refere-se

A) à Empresa Estatal.
B) ao Agente Público.
C) à Empresa Privada.
D) à Universidade.
E) ao Órgão Público.INSTITUTO AOCP - 2020 - Prefeitura de Novo Hamburgo - RS - Guarda Municipal

11. (INSTITUTO AOCP - 2020 - Prefeitura de Novo Hamburgo - RS - Guarda Municipal) A Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005, criou as normas gerais de contratação de consórcios públicos. Quais são as formas de constituição do consórcio?

A) Associação pública ou empresa pública de economia mista.
B) Pessoa jurídica de direito privado.
C) Pessoa jurídica de direito público.
D) Associação privada ou de pessoa jurídica de direito privado.
E) Associação pública ou pessoa jurídica de direito privado.

12. (INSTITUTO AOCP - 2020 - Prefeitura de Novo Hamburgo - RS - Guarda Municipal) Quando a administração pública realiza a distribuição do serviço dentro da mesma Pessoa Jurídica, no mesmo núcleo, é correto afirmar que estamos diante de uma prestação de serviço de qual tipo ou forma?

A) Descentralizada – desconcentração.
B) Centralizada – desconcentração.
C) Descentralizada – indireta.
D) Direta – Indireta.
E) Indireta – Centralizada.

13. (INSTITUTO AOCP - 2020 - Prefeitura de Novo Hamburgo - RS - Guarda Municipal) A atividade administrativa pode ser prestada de duas formas. Quais são elas?

A) Centralizada e desconcentrada.
B) Desconcentrada e descentralizada.

C) Centralizada e descentralizada.
D) Descentralizada e dispersa.
E) Unificada e centralizada.

14. (INSTITUTO AOCP - 2019 - Prefeitura de São Bento do Sul - SC - Fiscal de Posturas) Em se tratando da organização da Administração Pública, assinale a alternativa INCORRETA.
A) Concentração é a técnica de cumprimento de competências administrativas por meio de órgãos públicos despersonalizados e sem divisões internas.
B) Órgão público é uma pessoa jurídica de direito público interno, pertencente à Administração Pública indireta, criada por lei específica para o exercício de atividades típicas da Administração Pública.
C) Na desconcentração, as atribuições são repartidas entre órgãos públicos pertencentes a uma única pessoa jurídica, mantendo a vinculação hierárquica.
D) Na descentralização administrativa, as competências administrativas são distribuídas a pessoas jurídicas autônomas, criadas pelo Estado para tal finalidade

15. (INSTITUTO AOCP - 2019 - EMPREL - Assistente de Operações e Monitoramento) Referente à Lei nº 13.303/2016, que dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, assinale a alternativa correta.
A) A exploração de atividade econômica pelo Estado será exercida exclusivamente por meio de suas autarquias e empresas públicas.
B) Sociedade de economia mista é a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, com criação autorizada por lei, sob qualquer forma admitida em direito, cujas ações com direito a voto pertençam, em sua maioria, à União, aos Estados, ao Distrito Federal, aos Municípios ou à entidade da administração indireta.
C) A criação de subsidiárias de empresa pública e de sociedade de economia mista, assim como a participação de qualquer delas em empresa privada, independe de autorização legislativa.
D) É vedada a participação remunerada de membros da administração pública, direta ou indireta, em mais de 01 (um) conselho, de administração ou fiscal, de empresa pública, de sociedade de economia mista ou de suas subsidiárias.
E) Desde que a maioria do capital votante permaneça em propriedade da União, do Estado, do Distrito Federal ou do Município, será admitida, no capital da empresa pública, a participação de outras pessoas jurídicas de direito público interno, bem como de entidades da administração indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

16. (INSTITUTO AOCP - 2019 - IBGE - Analista Censitário - Gestão e Infraestrutura) De modo geral, podemos conceituar a Administração Indireta como o conjunto de pessoas jurídicas (desprovidas de autonomia política) que, vinculadas à administração direta, têm competência para o exercício, de forma descentralizada, de atividades administrativas. Em relação ao tema, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) é classificado como
A) empresa pública.
B) autarquia.
C) fundação pública.
D) sociedade de economia mista.
E) entidade paraestatal.

17. (INSTITUTO AOCP - 2019 - UFPB - Assistente em Administração - ADAPTADA) A Universidade Federal da Paraíba possui estrutura multicampi e desenvolve atividades nas áreas de ensino, pesquisa e extensão. Sobre a UFPB, assinale a alternativa INCORRETA.
A) É uma autarquia federal, que faz parte da administração pública direta.
B) Possui personalidade jurídica própria de Direito Público.
C) Está vinculada à Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação.
D) Faz parte da administração pública indireta, na qual há descentralização de competências do governo.
E) Foi criada por lei específica e, embora possua autonomia administrativa e financeira, não possui autonomia econômica.

18. (INSTITUTO AOCP - 2019 - UFPB - Administrador) A descentralização de serviços na administração pública pode ocorrer por outorga ou por delegação. Assinale a alternativa que apresenta algumas características da descentralização por outorga.
A) Transferência por contrato ou ato unilateral do Estado: é transferido por ato administrativo que pode ser revogado e traz presunção de transitoriedade, logo por prazo certo.
B) Transferência a uma entidade criada pelo Estado: é transferido por lei e só por lei pode ser retirado ou modificado e traz uma presunção de definitividade, logo por tempo indeterminado.
C) Transferência por acordo político administrativo: é transferido por manifestação da vontade do governante e traz presunção de dependência de interesses, logo sujeito a modificações.
D) Transferência a um grupo de interesse do Estado: é transferido conforme o acordo entre as partes envolvidas e traz presunção de reciprocidade, logo conforme a duração dos benefícios.
E) Transferência por simplificação ou aceleração do serviço: é transferido sob a responsabilidade de prestação ao usuário e traz uma presunção de efetividade, logo depende dos resultados.

19. (INSTITUTO AOCP - 2019 - UFPB - Administrador) Assinale a alternativa que apresenta uma das características da administração pública indireta.
A) Administrativamente dependente do governo.
B) Administrativa e organizacionalmente vinculada.
C) Administrada pelo chefe do executivo estatal.
D) Administrativa e financeiramente autônoma
E) Administra serviços do estado para a comunidade.

20. (INSTITUTO AOCP - 2019 - PC-ES - Perito Oficial Criminal - Área 8) Assinale a alternativa que corresponda a um órgão/entidade que pertença à Administração Pública Direta.
A) Agência Reguladora.
B) Agência Executiva.
C) Departamento de Estradas e Rodagens – DER.

D) Secretaria do Tesouro Nacional.
E) Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ.

21. (INSTITUTO AOCP - 2019 - PC-ES - Perito Oficial Criminal - Área 8) Dentro da organização da Administração Pública, pode-se conceituar o processo de desconcentração como
A) a distribuição de competências entre órgãos dentro da mesma pessoa jurídica, a fim de permitir o mais adequado e racional desempenho das atividades estatais.
B) o fenômeno inerente à Administração Indireta, que consiste na criação de entidades para atividades de fiscalização e regulação de um determinado setor.
C) a prestação de serviço ao Poder Público, por meio de contrato de gestão ou termo de parceria com empresas do setor privado.
D) a transferência de poderes e atribuições para um sujeito distinto e autônomo do ente federativo criador.
E) o ato de criação de pessoas jurídicas meramente administrativas, sem a característica de ente político.

22. (INSTITUTO AOCP - 2019 - PC-ES - Assistente Social) Assinale a alternativa INCORRETA acerca do que preconiza o Direito Administrativo sobre a organização administrativa.
A) Órgão Público pode ser definido como pessoa jurídica de natureza pública, com personalidade jurídica própria e com atribuições para atuar em prol do interesse público.
B) As Secretarias de Estado são órgãos públicos que integram a administração direta.
C) As áreas em que poderão atuar as fundações públicas são definidas e estabelecidas por lei complementar.
D) As empresas públicas e as sociedades de economia mista são pessoas jurídicas de direito privado.
E) Um ministério criado no âmbito da União é órgão sem personalidade jurídica própria, sendo componente da administração direta.

Regime Jurídico Administrativo e Princípios

1. (INSTITUTO AOCP - 2022 - CGE-MS - Auditor do Estado - Auditoria Geral) Os princípios da administração pública primordiais estão previstos no art. 37 da Constituição e outros estão previstos em leis específicas. Dentre os princípios da administração pública, o princípio da publicidade é aquele
A) segundo o qual as finalidades públicas não podem ser deixadas de lado pelos agentes públicos.
B) segundo o qual o interesse da coletividade é mais importante que o de cada indivíduo.
C) que é constituído de atividades essenciais ao bem-estar da coletividade.
D) segundo o qual os atos e a conduta interna dos seus agentes devem ser conhecidos.
E) que é decorrente da bilateralidade do processo.

2. (INSTITUTO AOCP - 2022 - Governo do Distrito Federal - Policial Penal) O Diretor de determinada unidade prisional nomeou sua filha, Mestre em Direito, para o exercício de cargo em comissão de assessoramento sob sua subordinação hierárquica. À luz do entendimento do STF, a referida nomeação é compatível com o ordenamento jurídico, com fundamento no princípio da eficiência.

3. (INSTITUTO AOCP - 2020 - Prefeitura de Betim - MG - Oficial de Administração) Assinale a alternativa que apresenta os princípios que a Administração deve ter sempre presente para exigi-los de quem preste serviço público ou serviço de utilidade pública.
A) Efetividade, regularidade, continuidade, segurança e atualidade.
B) Utilidade, qualidade, tolerância, prestatividade e simplicidade.
C) Permanência, generalidade, eficiência, modicidade e cortesia.
D) Uniformidade, adequação, disponibilidade, facilidade e agilidade.
E) Padronização, conformidade, eficácia, coerência e exatidão.

4. (INSTITUTO AOCP - 2020 - Prefeitura de Betim - MG - Auditor Fiscal de Tributos Municipais) Acerca do princípio administrativo da autotutela, assinale a alternativa correta.
A) Esse princípio permite à Administração Pública a revisão de seus atos, seja por vícios de ilegalidade (invalidação), seja por motivos de conveniência e oportunidade (revogação).
B) A autotutela repele e abomina favoritismos e restrições indevidas, exigindo tratamento equânime e marcado pela neutralidade, proibindo que o agente público utilize seu cargo para a satisfação de interesses pessoais.
C) Esse princípio exige que a ação da administração seja ética e respeite os valores jurídicos e morais.
D) A autotutela exige que a atuação do Poder Público seja transparente, com informações acessíveis à sociedade.
E) Segundo tal princípio, os atos administrativos se revestem de uma presunção relativa de que são praticados legitimamente, de acordo com as normas

5. (INSTITUTO AOCP - 2019 - TJ-MG - Juiz Leigo) Sobre a supremacia e a indisponibilidade do interesse público, assinale a alternativa correta.
A) O princípio do interesse público fundamenta a exigência legal acerca da necessidade de a alienação de bens da Administração Pública ser precedida de avaliação e sujeita ao regramento da Lei nº 8.666/1993.
B) De acordo com o princípio da indisponibilidade do interesse público, é vedada ao administrador público a prática de quaisquer atos que impliquem renúncia a direitos do Poder Público, o que justifica a impossibilidade de conciliação nos processos judiciais em que é parte a Administração Pública.
C) Os princípios da indisponibilidade e da supremacia do interesse público vedam o emprego da arbitragem nos contratos administrativos, ainda que versem sobre direitos patrimoniais disponíveis.
D) O princípio da supremacia do interesse público sobre o interesse privado é absoluto, não admitindo exceções.

6. (INSTITUTO AOCP - 2019 - UFFS - Técnico de Laboratório - Aquicultura) Princípios são proposições básicas, fundamentais, típicas, que condicionam todas as estruturas e institutos organizados pelo sistema legal de

um país, por exemplo. São, ainda, considerados os alicerces, os fundamentos de uma ciência e surgem como parâmetro para a interpretação das demais normas jurídicas. Assim, a materialização de princípios relacionados aos atos ou poderes, que podem ser exercidos pela Administração Pública, expressa os limites de seus atos. Dessa forma, a Administração Pública, quando utiliza a desapropriação, forma originária de aquisição da propriedade, tem por fundamento de sua atuação qual princípio?

A) O princípio da indisponibilidade do interesse público.
B) O princípio da imperatividade.
C) O princípio da legalidade.
D) O princípio da supremacia do interesse público.
E) O princípio da responsabilidade do Estado.

7. (INSTITUTO AOCP - 2019 - PC-ES - Auxiliar Perícia Médico-Legal) Qual princípio, dentro do Direito Administrativo, possui ligação com o seguinte conceito: "Os bens e interesses públicos não pertencem à Administração nem a seus agentes. Cabe-lhes apenas geri-los, conservá-los e por eles velar em prol da coletividade"?

A) Princípio da Continuidade dos Serviços Públicos.
B) Princípio da Autotutela.
C) Princípio da Supremacia do Interesse Público.
D) Princípio da Segurança Jurídica.
E) Princípio da Indisponibilidade.

8. (INSTITUTO AOCP - 2019 - PC-ES - Escrivão de Polícia - ADAPTADA) No que se refere aos Princípios da Administração Pública, assinale a alternativa correta.

A) O princípio da razoabilidade se trata, em suma, do princípio da proibição de excessos.
B) O princípio da proporcionalidade, aplicado à Administração Pública, significa que a atividade administrativa deve ser prestada de forma contínua, sem intervalos, sem lapsos ou falhas, sendo constante e homogênea.
C) O princípio da motivação estabelece que a Administração Pública pode controlar os seus próprios atos, seja para anulá-los, quando ilegais, seja para revogá-los, quando inconvenientes ou inoportunos.
D) O princípio da eficácia exige que a atividade administrativa seja prestada com correção, pautada em regras de boa administração em prol do interesse do povo e do bem comum, estando ligado ao conceito de bom administrador e da qualidade da função estatal.
E) O princípio da indisponibilidade do interesse público estabelece que a atuação do agente público deve basear-se na ausência de subjetividade, ficando este impedido de considerar quaisquer inclinações e interesses pessoais, próprios ou de terceiros.

9. (AOCP - 2018 - FUNPAPA - Assistente de Administração) Sobre os princípios que norteiam a Administração Pública, assinale a alternativa INCORRETA.

A) Segundo o princípio da legalidade, a administração só está autorizada a fazer o que a lei permite.
B) De acordo com o princípio da impessoalidade, a administração não pode atuar com vistas a prejudicar ou beneficiar pessoas determinadas, uma vez que é sempre o interesse público que deve nortear o seu comportamento.
C) O princípio da publicidade exige a ampla divulgação dos atos praticados pela Administração Pública, ressalvadas as hipóteses de sigilo previstas em lei.
D) Uma atuação segundo padrões éticos de probidade, decoro e boa-fé caracteriza a moralidade administrativa.
E) Para atender ao princípio da eficiência, a administração está autorizada a afastar, no caso concreto, outros princípios que causam a morosidade administrativa.

10. (INSTITUTO AOCP - 2017 - EBSERH - Advogado (HUJB – UFCG)) Um profissional foi irregularmente empossado no cargo público de advogado da Prefeitura de Cajazeiras, tendo praticado diversos atos em nome da administração e no interesse público. Após a constatação da irregularidade, por processo administrativo regular, a Prefeitura Municipal afastou o servidor, mas reconheceu como válido todos os atos praticados por ele, tendo aplicado como justificativa para tal, o princípio da

A) celeridade.
B) eficiência.
C) presunção da veracidade dos atos.
D) moralidade administrativa.
E) impessoalidade.

11. (AOCP - 2016 - Prefeitura de Juiz de Fora - MG - Auditor Fiscal) Sobre o Princípio da Motivação, é lícito afirmar que ele

A) obriga o Estado a proporcionar aos seus agentes públicos condições para que estejam sempre motivados a atender o interesse público.
B) garante que o Poder Público exerça o controle sobre os próprios atos, podendo anular os ilegais e revogar os inconvenientes, sem a necessidade de buscar o Poder Judiciário
C) obriga que o administrador público obedeça à lei e ao Direito, o que inclui os princípios administrativos, sob pena de responder disciplinar, civil e criminalmente
D) determina que o administrador público deve expor os fundamentos de fato e de direito que embasaram sua decisão ou ato praticado.
E) decorre do próprio Estado de Direito e motiva à autoridade competente a se sentir obrigada a dar publicidade de seus atos.

Poderes Administrativos

1. (INSTITUTO AOCP - 2022 - CGE-MS - Auditor do Estado - Auditoria Geral) Em relação aos poderes administrativos, ao uso e abuso do poder e aos serviços públicos, informe se é verdadeiro (V) ou falso (F) o que se afirma a seguir e assinale a alternativa com a sequência correta.

( ) A tutela administrativa existente entre a União e suas autarquias funda-se no poder hierárquico.
( ) O excesso de poder ocorre nos casos em que o administrador ultrapassa os limites de sua competência.
( ) Concessão administrativa é o contrato de prestação de serviços de que a Administração Pública seja a usuária direta

ou indireta, ainda que envolva execução de obra ou fornecimento e instalação de bens.
( ) Os serviços públicos e o atendimento do usuário serão realizados de forma adequada, observados os princípios da regularidade, continuidade, efetividade, segurança, atualidade, generalidade, transparência e cortesia.
A) V – F – V – V.
B) V – V – F – V.
C) V – F – V – F.
D) F – V – F – V.
E) F – V – V – V.

2. (INSTITUTO AOCP - 2018 - TRT - 1ª REGIÃO (RJ) - Analista Judiciário - Engenharia Civil) Sobre os poderes e deveres dos administradores públicos, assinale a alternativa correta.
A) Excesso de poder é a modalidade de abuso em que o agente busca alcançar fim diverso daquele que a lei lhe permitiu.
B) Os ilícitos administrativos admitem os tipos abertos, isto é, se afastam do sistema da rígida tipicidade que vigora no Direito Penal.
C) O Presidente da República deve prestar, anualmente, ao Congresso nacional, as contas referentes ao exercício anterior, no prazo de 90 (noventa) dias da abertura da sessão legislativa.
D) No que concerne ao controle dos atos de regulamentação, compete privativamente ao Congresso Nacional sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa.
E) Na perspectiva de que os atos podem ser originários ou derivados, o poder regulamentar típico é de natureza originária, uma vez que emana diretamente da Constituição.

3. (INSTITUTO AOCP - 2021 - ITEP - RN - Agente Técnico Forense) Referente ao Direito Administrativo, assinale a alternativa correta.
A) No controle judicial da atividade administrativa discricionária, cabe ao Poder Judiciário substituir a decisão do administrador, analisando e julgando o mérito do ato administrativo.
B) O excesso de poder ocorre em casos nos quais a autoridade pública atua fora dos limites de sua competência.
C) O poder regulamentar é o escalonamento no plano vertical dos órgãos e agentes da Administração que tem como objetivo a organização da função administrativa.
D) As atribuições de delegar e avocar competência decorrem do poder disciplinar da administração pública.
E) São atributos do poder de polícia: imperatividade, finalidade e motivação.

4. (INSTITUTO AOCP - 2023 - PC-GO - Escrivão de Polícia da 3ª Classe) INSTITUTO AOCP - 2023 - PC-GO - Escrivão de Polícia da 3ª Classe) Considerando os poderes administrativos, informe se é verdadeiro (V) ou falso (F) o que se afirma a seguir e assinale a alternativa com a sequência correta.
( ) No poder hierárquico, a submissão hierárquica retira do inferior a atuação política, isto é, despe o subordinado da ação de comando, permitindo-lhe, tão somente, agir no estrito âmbito de suas atribuições específicas.
( ) No uso do poder regulamentar, a Administração Pública controla o desempenho das funções executivas e a conduta interna de seus servidores, responsabilizando-os pelas faltas cometidas.
( ) Em relação ao poder de polícia distribuído entre as entidades estatais, a regra é a concorrência do policiamento administrativo dos municípios, estados e união, e a exceção é a exclusividade do policiamento.
( ) Por meio do poder disciplinar, a Administração atua atendendo o benefício do serviço e, por esse objetivo, julga a conveniência e oportunidade da punição do servidor, dentro das normas específicas da repartição.
A) V – F – V – F.
B) V – V – F – V.
C) V – F – F – V.
D) F – V – V – F.
E) F – F – V – V.

5. (INSTITUTO AOCP - 2022 - PC-GO - Agente de Polícia) Após regular o processo administrativo, Tibério, servidor público aposentado há menos de dois anos, foi penalizado com a cassação de sua aposentadoria. Segundo consta dos autos do procedimento, a punição ocorreu porque Tibério, no último mês em que estava em atividade no serviço público, praticou infração grave, sujeita à penalidade de demissão. Com base no caso narrado e à luz dos poderes administrativos, é correto afirmar que a sanção aplicada decorre especificamente do
A) poder disciplinar.
B) poder hierárquico.
C) poder regulamentar.
D) poder de polícia.
E) abuso de poder.

6. (INSTITUTO AOCP - 2022 - PC-GO - Delegado de Polícia Substituto) Os poderes da Administração Pública são elemento essencial para a caracterização da atuação estatal, abrangendo os poderes normativo, hierárquico, disciplinar e de polícia. A ampla gama de funções a serem exercidas pela Administração em um Estado organizado no modelo brasileiro demanda um igualmente amplo exercício dos poderes da Administração Pública, circunstância esta que denota a importância do tema para a adequada apreciação de medidas estatais. Diante desse contexto, assinale a alternativa correta.
A) A Polícia Judiciária, embora seja atividade administrativa, prepara a atuação da função jurisdicional, enquanto a Polícia Administrativa, de caráter mais fiscalizador, é atividade da Administração que se exaure em si mesma.
B) O poder regulamentar por parte do Executivo se justifica pela supremacia do interesse público, de modo que regulamentos administrativos podem ultrapassar as disposições e o âmbito das leis nas quais se baseiam e se justificam.
C) É vedado ao agente superior ajustar um ato administrativo de agente subordinado que contiver vício de legalidade.
D) Para a invalidação de conduta revestida de abuso de poder perpetrado por autoridade pública, o prejudicado deve se valer de ação judicial, sendo vedada a anulação administrativa do ato.

E) A conveniência e a oportunidade, elementos do mérito na prática de atos administrativos discricionários, imbuem o agente público com a possibilidade de tomar decisões arbitrárias, por caracterizarem o exercício de um dos poderes da Administração Pública.

7.(INSTITUTO AOCP - 2022 - Governo do Distrito Federal - Policial Penal) Hércules, policial penal do DF, enquanto realizava o transporte de determinado preso, foi multado por avançar o sinal vermelho na condução de veículo oficial do sistema prisional. Nessa situação, a referida multa de trânsito decorre do poder disciplinar da Administração Pública.

8. (INSTITUTO AOCP - 2021 - Câmara de Teresina - PI - Assessor Jurídico Legislativo) Preencha a lacuna e assinale a alternativa correta. As taxas cobradas pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios, no âmbito de suas respectivas atribuições, têm como fato gerador o exercício regular do _____, ou a utilização, efetiva ou potencial, de serviço público específico e divisível, prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição.

A) poder discricionário
B) poder de polícia
C) poder vinculado
D) poder disciplinar
E) poder regulamentar

9. (INSTITUTO AOCP - 2021 - Câmara de Teresina - PI - Procurador) Considerando a temática do Direito Administrativo, assinale a alternativa INCORRETA.

A) Consoante a Teoria dos Motivos Determinantes, os motivos apresentados como justificadores da prática do ato administrativo vinculam esse ato e, caso os motivos apresentados sejam viciados, o ato será ilegal.
B) A Lei nº 9.784/1999, especialmente no que diz respeito ao prazo decadencial para a revisão de atos administrativos no âmbito da Administração Pública federal, pode ser aplicada, de forma subsidiária, aos estados e municípios, se inexistente norma local e específica que regule a matéria.
C) O poder hierárquico caracteriza um poder de estruturação interna da atividade pública. Sendo assim, não há manifestação de hierarquia externa, isto é, entre pessoas jurídicas diversas.
D) O poder disciplinar do Estado é o poder de aplicação de sanções por parte do Poder Público, sendo que essas sanções decorrem de vinculação especial entre o sancionado e o Estado, notadamente, a relação hierárquica e a relação contratual.
E) A polícia administrativa incide sobre bens e direitos e os condiciona à busca pelo interesse da coletividade, bem como também recai sobre as pessoas, de forma ostensiva ou investigativa, evitando e punindo infrações às normas penais.

10. (INSTITUTO AOCP - 2020 - Prefeitura de Novo Hamburgo - RS - Auditor Fiscal de Tributos) Os poderes administrativos representam os instrumentos que a Administração Pública pode utilizar para cumprir seus objetivos e suas finalidades. Um exemplo desses poderes é a faculdade de que dispõe a Administração Pública para condicionar e restringir o uso e o gozo de bens, atividades, e direitos individuais, em benefício da coletividade ou do próprio Estado. O enunciado refere-se ao poder

A) de polícia.
B) regulamentar.
C) normativo.
D) hierárquico.
E) disciplinar.

11. (INSTITUTO AOCP - 2020 - Prefeitura de Betim - MG - Auditor Fiscal de Tributos Municipais) Um dos poderes administrativos é aquele instrumento disponibilizado à Administração Pública para apurar infrações e aplicar penalidades aos servidores públicos e demais pessoas sujeitas à disciplina administrativa. Tal poder denomina-se

A) poder militar.
B) poder regulamentar.
C) poder hierárquico.
D) poder disciplinar.
E) poder de polícia.

12. (INSTITUTO AOCP - 2019 - UFFS - Bibliotecário-Documentalista) O Escalonamento na relação jurídica estabelecida entre os agentes da Administração tem por objetivo a organização da função administrativa, bem como possibilita o controle dos atos praticados pela Administração Pública e seus agentes. Nesse aspecto, a relação de superioridade e subordinação entre os diversos órgãos de um mesmo ente da Administração Pública pode ser modificada temporariamente e, em caráter excepcional, em virtude de motivos relevantes devidamente justificados com o deslocamento da competência atribuída a órgão hierarquicamente inferior a órgão hierarquicamente superior. No que se refere a tal modificação de competência, é correto afirmar que houve

A) Delegação.
B) Avocação.
C) Mitigação.
D) Subordinação.
E) Verticalização.

13. (INSTITUTO AOCP - 2019 - UFPB - Assistente em Administração) Um servidor público de uma Instituição de Ensino deslocou-se, com o veículo da Instituição, para uma cidade vizinha, para realizar um trabalho de campo com estreito interesse público envolvido. Ao terminar o serviço na cidade vizinha antes do prazo previsto, resolveu aproveitar o tempo vago para fazer um tour pela cidade, conhecendo os pontos turísticos. O Gestor da Instituição de Ensino tomou conhecimento de tal atitude e deverá aplicar uma sanção disciplinar ao servidor. Essa atitude da administração pública está pautada em seu poder

A) discricionário.
B) absoluto.
C) disciplinar.
D) normativo legal.
E) de polícia.

14. (INSTITUTO AOCP - 2019 - UFPB - Assistente em Administração) Com o poder disciplinar atribuído à Administração Pública, busca-se punir seus agentes pela

prática de infrações de caráter funcional, com abrangência
A) para sanções administrativas e penais.
B) apenas para sanções administrativas.
C) para sanções administrativas, penais e civis.
D) para sanções penais e civis.
E) apenas para sanções penais.

15. (INSTITUTO AOCP - 2019 - UFPB - Assistente em Administração) Os poderes da Administração Pública surgem como ordenamentos jurídicos para que o Estado possa preservar o interesse público; ou seja, são as prerrogativas que a Administração possui para atingir a finalidade pública. Dentre os poderes relacionados a seguir, assinale a alternativa que apresenta um poder inerente à Administração Pública.
A) Poder de polícia.
B) Poder desvinculado.
C) Poder informativo.
D) Poder discriminatório.
E) Poder liberal.

16. (INSTITUTO AOCP - 2019 - PC-ES - Perito Oficial Criminal - Área 8) O poder conferido à Administração para restringir, frenar, condicionar, limitar o exercício de direitos e atividades econômicas dos particulares, a fim de preservar os interesses da coletividade, denomina-se
A) Poder Regulamentar.
B) Poder Normativo.
C) Poder de Polícia.
D) Poder Vinculado.
E) Poder Discricionário.

17. (INSTITUTO AOCP - 2019 - PC-ES - Perito Oficial Criminal - Área 8) O desdobramento do Poder Hierárquico pelo qual o agente superior detém a prerrogativa para o exercício de competência de atribuições originárias de seus subalternos denomina-se
A) Poder Disciplinar.
B) Avocação
C) Delegação
D) Subordinação
E) Poder Regulamentar.

Responsabilidade civil do Estado

1. (INSTITUTO AOCP - 2022 - PC-GO - Agente de Polícia) Davi, policial civil do Estado de Goiás, durante o cumprimento de mandado de busca e apreensão, disparou acidentalmente sua arma de fogo, causando a morte de um morador local. Nesse caso, sobre a responsabilidade civil do Estado, é correto afirmar que eventual ação indenizatória deverá ser ajuizada
A) em face da Polícia Civil do Estado de Goiás, com base na responsabilidade civil objetiva do Estado.
B) contra o Estado de Goiás, sendo imprescindível a comprovação de dolo ou culpa na conduta de Davi.
C) em face do Estado de Goiás, sendo assegurado o direito de regresso contra o agente público responsável nos casos de dolo ou culpa.
D) diretamente contra Davi, com base na teoria da responsabilidade civil subjetiva, tendo em vista que ele agiu culposamente.
E) diretamente contra Davi, com fundamento na teoria do risco administrativo, respondendo o agente objetivamente pelos danos causados.

2. (INSTITUTO AOCP - 2022 - PC-GO - Delegado de Polícia Substituto) Realizando uma cobertura jornalística de manifestação popular que acabou em conflito entre manifestantes e agentes policiais, um profissional da imprensa, que cumpria todas as advertências impostas pelas autoridades policiais, acabou por ser alvo de uma bala de borracha disparada por um agente policial, que o cegou. Seguindo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal a respeito da Responsabilidade Civil do Estado, assinale a alternativa correta.
A) Ao permanecer no local do conflito instaurado em manifestação pública, a vítima assumiu o risco, não havendo que se falar em responsabilidade do Estado na reparação dos danos.
B) É objetiva a responsabilidade civil do Estado em relação a profissional da imprensa ferido por agentes policiais durante cobertura jornalística de manifestações com conflito entre policiais e manifestantes.
C) A apuração da responsabilidade civil do Estado deve seguir parâmetros subjetivos, diante do princípio do interesse público, devendo o profissional da imprensa demonstrar dolo ou culpa na atuação do agente policial.
D) Inexiste responsabilidade civil do Estado no caso, tendo em vista o estrito cumprimento do dever legal por parte do agente policial.
E) No caso tal como exposto, a responsabilidade civil do Estado apenas se configurará se demonstrado o dolo por parte do agente policial que efetuou o disparo, caso em que caberá ação de regresso em face do agente responsável.

3. (INSTITUTO AOCP - 2022 - CGE-MS - Auditor do Estado - Auditoria Geral) No que concerne à responsabilidade civil do Estado, assinale a alternativa correta.
A) É objetiva a responsabilidade civil do Estado em relação a profissional da imprensa ferido por agentes policiais durante cobertura jornalística, em manifestações em que haja tumulto ou conflitos entre policiais e manifestantes.
B) Prescrevem em 5 anos as ações indenizatórias contra a União por danos morais e materiais decorrentes de atos de perseguição política com violação de direitos fundamentais ocorridos durante o regime militar.
C) As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, vedado o direito de regresso contra o responsável nos casos de culpa.
D) O ordenamento constitucional consagra a teoria da dupla garantia, segundo a qual a ação por danos causados por agente público pode ser ajuizada contra o Estado ou, ainda, diretamente contra o servidor responsável pelo ato.
E) Nos casos de omissão, aplica-se a responsabilidade civil do Estado à teoria do risco administrativo, na qual o elemento subjetivo condiciona o dever de indenizar.

4. (INSTITUTO AOCP - 2022 - Governo do Distrito Federal - Policial Penal) Para o STF, considerando que é dever do Estado, imposto pelo sistema normativo, manter em seus presídios os padrões mínimos de humanidade previstos no ordenamento jurídico, é de sua responsabilidade, nos termos do art. 37, §6º, da Constituição, a obrigação de ressarcir os danos, inclusive morais, comprovadamente causados aos detentos em decorrência da falta ou insuficiência das condições legais de encarceramento.

5. (INSTITUTO AOCP - 2022 - Governo do Distrito Federal - Policial Penal) Determinado detento que cumpria pena privativa de liberdade em regime fechado praticou suicídio. Segundo o entendimento do STF, considerando que o preso já vinha apresentando indícios de que poderia agir assim, o Estado deverá ser condenado a indenizar seus familiares.

6. (INSTITUTO AOCP - 2022 - Governo do Distrito Federal - Policial Penal) Mário é foragido do sistema prisional, no qual cumpria pena privativa de liberdade. Decorridos doze meses da fuga, ingressou em uma organização criminosa cuja especialidade é o roubo a bancos. Em seu primeiro roubo com a organização, Mário, por inexperiência, efetuou diversos disparos contra o gerente da agência, que acabou falecendo. Nessa hipótese, de acordo com o entendimento do STF, resta caracterizada a responsabilidade civil objetiva do Estado por danos decorrentes de crime praticado por pessoa foragida do sistema prisional, devendo o Poder Público indenizar os familiares da vítima.

7. (INSTITUTO AOCP - 2022 - DPE-PR - Defensor Público) A respeito da responsabilidade civil do Estado e do posicionamento dos Tribunais Superiores acerca do tema, considere as seguintes situações hipotéticas e assinale a alternativa correta.

I. Cidadão preso por porte de drogas é assassinado dentro das dependências da unidade de detenção provisória.
II. Cidadão preso por embriaguez ao volante comete suicídio dentro das dependências da unidade de detenção provisória na madrugada da sua primeira noite em custódia. Segundo relatos dos agentes e de outros custodiados, o cidadão encontrava-se visivelmente abalado e alterado psicologicamente desde o primeiro momento de sua custódia.
III. Cidadão, durante cumprimento de pena decorrente de condenação transitada em julgado por crime de estupro, comprova sua inocência em Revisão Criminal através de novas provas oriundas de banco de DNA.
IV. Visitante em penitenciária é feito refém em rebelião e libertado sem lesões após cinco horas de negociações.

A) Todas as situações são típicos casos de responsabilidade objetiva do Estado, por inobservância do dever específico de proteção aos presos previsto no art. 5º, inciso XLIX, da Constituição Federal.
B) A situação narrada no item II é um típico caso de não responsabilização do Estado, visto que não é possível ao Poder Público agir para evitar a morte por suicídio de custodiado, rompendo-se o nexo de causalidade e afastando-se a responsabilidade, sob pena de adotar-se contra legem a teoria do risco integral.
C) As situações narradas nos itens I e II são típicos casos de responsabilidade objetiva do Estado, por inobservância do dever específico de proteção aos presos previsto no art. 5º, inciso XLIX, da Constituição Federal.
D) Somente as situações narradas nos itens I, II e IV são passíveis de indenização contra o Estado, considerando a responsabilidade civil prevista no art. 37, § 6º, da Constituição Federal.
E) Somente as situações narradas nos itens I e II são passíveis de indenização contra o Estado, considerando a responsabilidade civil prevista no art. 37, § 6º, da Constituição Federal.

8. (INSTITUTO AOCP - 2022 - IPE Prev - Analista em Previdência - Direito - Edital nº 002) Em relação à responsabilidade civil do Estado, a prescrição para as ações de reparação civil contra o Estado ocorre em

A) dois anos.
B) três anos.
C) quatro anos.
D) cinco anos.
E) dez anos.

9. (Autoral/AOCP/2023) Segundo a CF/1988, art. 37, § 6º, ao Estado é dado o exercício do direito de regresso em desfavor do agente pelos danos que este tenha causado a terceiros. É correto afirmar que:

A) As ações de regresso são imprescritíveis.
B) As ações de regresso prescrevem por decorrência da segurança jurídica.
C) O exercício do direito de regresso independe da demonstração de dolo ou culpa do agente.
D) O direito de regresso será exercido contra o agente por danos causados a terceiro ou diretamente à Fazenda.
E) Em caso de morte do agente, a obrigação de ressarcimento recairá sobre os herdeiros ilimitadamente.

10. (INSTITUTO AOCP - 2021 - ITEP - RN - Agente Técnico Forense) No Brasil, como regra geral, a responsabilidade civil objetiva do Estado, insculpida no art. 37, §6º da Constituição Federal, adota a teoria

A) do risco integral.
B) do risco administrativo.
C) do risco suscitado.
D) da responsabilidade subjetiva.
E) da culpa do serviço.

11. (INSTITUTO AOCP - 2021 - Câmara de Teresina - PI - Procurador) Referente à responsabilidade civil do Estado, assinale a alternativa correta de acordo com a jurisprudência dos Tribunais Superiores.

A) O Estado possui responsabilidade civil direta, primária e objetiva pelos danos que notários e oficiais de registro, no exercício de serviço público por delegação, causarem a terceiros.
B) O Estado é responsável pela morte de detento, ainda que não ocorra inobservância de seu dever específico de proteção previsto no art. 5º, inciso XLIX, da Constituição Federal.
C) A ação por danos causados por agente público deve ser ajuizada contra o Estado ou a pessoa jurídica de direito privado prestadora do serviço público, sendo, ainda, parte legítima para figurar no polo passivo da ação o autor do ato.

D) É a lei estadual constitucional que preveja o pagamento de pensão especial a ser concedida pelo Governo do Estado em benefício dos cônjuges de pessoas matados de crimes cometidos, independentemente do autor do crime ser ou não agente do Estado.
E) O prazo prescricional aplicável às ações de indenização contra a Fazenda Pública é de três anos.

12. (INSTITUTO AOCP - 2021 - PC-PA - Delegado de Polícia Civil) Determinado delegado de polícia, agindo imprudentemente, disparou sua arma de fogo ao manuseá-la dentro da própria delegacia, ferindo um particular que ali estava. Nessa situação hipotética, no que concerne à responsabilidade civil do Estado, assinale a alternativa correta.
A) Em eventual ação contra o Estado, o particular deverá provar a imprudência do delegado para que seja ressarcido dos danos experimentados.
B) Como agiu imprudentemente, o delegado responderá diretamente ao particular pelos prejuízos causados, excluindo a responsabilidade civil do Estado.
C) A prescrição para as ações de reparação civil contra o Estado ocorre em três anos.
D) O Estado responde civilmente em razão da conduta culposa de seu agente, aplicando-se ao caso a teoria do risco administrativo.
E) Como se trata de conduta comissiva de agente público, qualificada pelo elemento culpa, aplica-se ao caso a teoria da responsabilidade subjetiva do Estado.

13. (INSTITUTO AOCP - 2019 - Prefeitura de São Bento do Sul - SC - Advogado) Márcio, menor impúbere, pratica violência psicológica sistemática contra Bruno na escola em que estudam, expondo-o a ridículo frente aos outros alunos, inclusive durante as aulas do ensino fundamental, na presença dos professores. Em razão das repetidas ofensas, Bruno deixa de comparecer à escola, dizendo aos pais que não deseja mais frequentar a instituição de ensino, sendo diagnosticado um quadro depressivo no menor. Inconformados com a situação, os pais de Bruno procuram orientação jurídica questionando sobre as responsabilidades quanto ao caso. Com base no caso exposto, assinale a alternativa correta.
A) O Estado, nesse caso, não tem dever de garantir a lisura da conduta dos demais alunos, de forma que, sendo a educação obrigatoriedade da família, somente os pais de Márcio responderam pela conduta de seu filho.
B) O Estado só responderá caso caracterizese a negligência dos servidores públicos com relação aos fatos.
C) O Poder Público, ao receber um estudante em estabelecimento da rede oficial de ensino, assume um compromisso para com sua integridade física e psicológica, e o Estado responderá independentemente de culpa pelos danos causados a Bruno, em razão da teoria do risco administrativo.
D) Por ser um ato praticado por menor impúbere, nenhuma consequência dele advém, em razão da falta de capacidade de direito.

14. (INSTITUTO AOCP - 2019 - PC-ES - Assistente Social) Assinale a alternativa correta acerca da responsabilidade civil do Estado.
A) A teoria do risco integral obriga o Estado a reparar todo e qualquer dano, independentemente de a vítima ter concorrido para o seu aperfeiçoamento.
B) A responsabilidade civil do Estado é subjetiva, podendo o cidadão propor ação diretamente contra o servidor que tenha lhe provocado prejuízo.
C) Em caso de responsabilidade decorrente de ato praticado por servidor público, a obrigação de reparar o dano limita-se ao próprio servidor público.
D) As entidades da administração indireta responderão objetivamente pelos danos que nessa qualidade causarem a terceiros, mesmo quando os danos por elas provocados decorrerem da atividade econômica de natureza privada.
E) O servidor público somente responde regressivamente ao Estado pela indenização que este tiver que pagar a terceiros por danos que aquele tiver causado por dolo.

15. (INSTITUTO AOCP - 2019 - PC-ES - Investigador) Em relação à Responsabilidade Civil do Estado, o art. 37, §6º, da Constituição Federal deixa claro que, no Brasil, foi adotada a
A) Teoria do Risco Administrativo.
B) Teoria da Culpa Administrativa.
C) Teoria da Responsabilidade Subjetiva.
D) Teoria do Dolo Eventual.
E) Teoria do Risco Integral.

GABARITO

Administração Pública - 1. B, 2. D, 3. E, 4. C, 5. A, 6. C, 7. B, 8. E, 9. D, 10. E, 11. E, 12. B, 13. C, 14. B, 15. E, 16. C, 17. D, 18. B, 19. D, 20. D, 21. A, 22. A.

Regime Jurídico Administrativo e Princípios - 1. D, 2. F, 3. C, 4. A, 5. A, 6. D, 7. E, 8. A, 9. E, 10. C, 11. D.

Poderes Administrativos - 1. E, 2. B, 3. B, 4. C, 5. A, 6. A, 7. F, 8. B, 9. E, 10. A, 11. D, 12. B, 13. C, 14. B, 15. A, 16. C, 17. B.

Responsabilidade Civil Estatal - 1. C, 2. B, 3. A, 4. C, 5. C, 6. E, 7. C, 8. D, 9. B, 10. B, 11. A, 12. D, 13. C, 14. A, 15. A.

RSpyere
www.raphaelspyere.com.br
@raphaelspyere
Raphael Spyere
Estudando Direito - com Raphael Spyere